

Tumulto interrompe votação na Ciência e Tecnologia



BRASÍLIA — "Cadê o respeito, secretário? Fanático, irresponsável." Aos gritos, o deputado Tadeu França (PMDB-PR) atirou-se na frente da mesa da presidência da Comissão da Família, Ciência e Tecnologia e arrancou o bocal do microfone do presidente, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB) que, apesar dos protestos que duraram mais de meia hora, insistia em colocar em votação uma questão considerada anti-regimental: se era possível votar ou não os destaques pedidos ao substitutivo do deputado Artur da Távola, rejeitado no dia anterior. Se fosse apresentada em plenário, a maioria conservadora aprovaria e votaria as questões de seu interesse, independente do fato de não mais existir relatório para ser emendado, suprimido ou modificado.

Foi evitado ainda um início de troca de tapas entre constituintes, perto da mesa diretora dos trabalhos, e a sessão foi suspensa. Lá fora o público, impedido de entrar nas galerias, apesar dos protestos da esquerda, gritava: "o povo unido derruba a ditadura". E o líder do PFL, deputado José Lourenço,

tentava convencer a líder dos moderados, Rita Furtado (PFL-RO), a esperar o resultado das negociações que se desenvolviam entre a esquerda e a direita, a 100 metros do plenário da Câmara, onde a reunião da Comissão se realizara à tarde.

"Só se vierem falar com o nosso grupo logo", afirmava a deputada, ao mesmo tempo em que chegava ao plenário o deputado Mendes Ribeiro, representante do grupo na comissão de negociação. A partir daí, esquerda e direita se reuniram em lugares diferentes, para ser informados dos pontos de concordância e discordância de ambos os lados para a montagem de um novo substitutivo.

Evangélicos — Na sala da presidência da Constituinte, os deputados Florestan Fernandes (PT-SP), Hermes Zanetti (PMDB-RS) e Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) expuseram aos progressistas a posição dos conservadores. O capítulo referente à ciência, tecnologia e comunicação do substitutivo de Artur da Távola, pela vontade da parte antagonista, seria praticamente retalhado e o princípio da verba exclusiva para o ensino público também era um impas-

se. De outro lado, a chamada bancada evangélica tinha um documento preparado, manifestando-se favoravelmente ao capítulo da ciência e tecnologia, excluída a questão da comunicação.

Quando a sessão recomeçou, às 18h, o acordo entre os dois grupos ainda não estava concluído, mas o clima de hostilidade era menor. Antes que fosse suspensa, o senador Marcondes Gadelha mostrou-se absolutamente irreduzível nas questões de ordem levantadas não apenas pelos membros da comissão como também pelos líderes do PMDB, Mário Covas, do PDT, Brandão Monteiro e do PCB, Roberto Freire. Covas fez a defesa da ocupação das galerias pelos manifestantes, afirmando que havia lutado vinte anos "para que o povo possa aplaudir e vaiar, e não aplaudir a mim e vaiar aos meus adversários simplesmente". E, embora todos os líderes argumentassem pela impossibilidade de colocar a questão anti-regimental em votação dos destaques sem substitutos, chegou a chamar os deputados para que declarassem o voto. No oitavo voto, foi silenciado pelo deputado Tadeu França e praticamente retirado do plenário pelos assessores.

Minoria acua conservadores com regimento

— Não foi a sessão mais decisiva mas foi sem dúvida a mais pitoresca. Já derrotada por duas vezes, a esquerda da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esporte, Ciência e Tecnologia e Comunicação, às 21h30min de anteontem, quando a sessão reabriu, desempenhou com bom humor a tarefa de obstruir os trabalhos até depois da meia-noite, sob um lógico argumento regimental: era impossível votar os destaques ao substitutivo, como desejavam os conservadores, pois o substitutivo simplesmente deixara de existir por obra e graça dos votos da própria maioria conservadora. Não havia, portanto, o que votar.

Enquanto isso, uma ativa galeria formada por delegações de estudantes, professores, engenheiros e até sindicatos de artistas se incumbia de fazer barulho. O presidente da comissão, Marcondes Gadelha (PFL-PB), nervosíssimo, era obrigado a responder às questões de ordem que os progressistas faziam, quase às gargalhadas, na forma de uma sabatina: "Senhor presidente, o substitutivo é um substitutivo a quê? Uma emenda supressiva vai suprimir o quê? Uma emenda aditiva é aditiva a

quê? Uma emenda modificativa, vai modificar o quê?", indagava o deputado Antônio Brito, sob os risos de seus companheiros.

Rol de artigos — Na verdade, os conservadores, ao seguir a liderança da deputada Rita Furtado (PFL-RO) e dos deputados Arolde de Oliveira (PFL-RJ) e Mendes Ribeiro (PMDB-RS), acabaram se enrolando no regimento da Constituinte: derrubaram o substitutivo e queriam aprovar um rol de 15 artigos que pretendiam caracterizar como o anteprojeto da comissão à Comissão de Sistematização. Apenas se esqueceram de que os pedidos de destaque eram feitos aos artigos do substitutivo que rejeitaram, em suas duas versões, por duas vezes consecutivas.

No dia seguinte, às 9 horas, quando a sessão deveria ser aberta, começaram as tentativas de negociação entre as duas partes. A esquerda, reunida com o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, com o líder Luiz Henrique, também do PMDB, e com o líder do PC do B, Aldo Arantes, ainda discutia a estratégia de obstruir os trabalhos e deixar o assunto para a Comis-

são de Sistematização. Às 13 horas, concordou com a negociação e de comum acordo, foi constituída uma comissão composta por três membros da maioria conservadora — Mendes Ribeiro, João Calmon (PMDB-ES) e Eraldo Tinoco (PFL-BA) — e três membros progressistas — Florestan Fernandes (PT-SP), Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) e Hermes Zanetti (PMDB-RS).

Velório — Feito isso, o trabalho seguinte foi o de convencer o senador Marcondes Gadelha a suspender a sessão por uma hora. "Suspendo por meia. Quem quer fazer acordo, faz em meia hora", disse. Covas foi chamado a intervir, sem sucesso. No final, quem o convenceu foi o deputado Florestan Fernandes: "Nós queremos dar uma chegadinha lá no velório do Fábio Lucena."

Quase à uma hora da tarde, Gadelha reabriu a sessão, fez um longo e erudito discurso em favor da negociação — que não o impediu de dizer que "não adianta chorar sobre o leite derramado" — e a encerrou em seguida, sob o pretexto do velório do senador Fábio Lucena.



Brasília — Luciano Andrade

Às vezes Lima é o primeiro a gritar

Haroldo Lima

Ele esquece a timidez quando o tema é política

O líder do PC do B na Constituinte, deputado Haroldo Lima (BA), por trás da voz macia e de uma aparente timidez, divide hoje com o petista José Genoíno o comando das tropas da esquerda na assembleia. Perdendo praticamente todas as batalhas, ante a coesão muito maior demonstrada pelas forças conservadoras, Haroldo Lima não pretende ficar "marcando posição" até o final da Constituinte.

— Nós temos cedido até o limite do razoável e essa Constituição está se desenhando pior do que a dos gerais. Se ela não responder a questões fundamentais do povo, poderá ser condenada preliminarmente e simplesmente deixar de ser cumprida — ameaça o líder do PC do B.

O corte na testa, fruto de uma das muitas confusões em que se tem envolvido desde que começaram os trabalhos da Constituinte, demonstra que a timidez desse deputado não vale quando estão em jogo as questões políticas. Aí, ele é o primeiro a gritar. Tem sido assim desde que se elegeu deputado federal pela primeira vez, em 1982, pelo MDB baiano.

Seu radicalismo tem sido posto à prova na Constituinte. Ontem, coube a ele negociar com o presidente da Comissão de Comunicação, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), o ingresso dos populares na galeria. Diante de uma massa que gritava que ia entrar "na lei ou na marra", Haroldo Lima teve que fazer uma autêntica ginástica para evitar um quebra-quebra.

— Eu já contive esse povo duas vezes, na base da confiança que eles têm em mim. Para acontecer alguma coisa aí mais grave, um pau, basta um minuto. A responsabilidade disso é das lideranças da Constituinte, que estão se afastando do povo — afirma o líder comunista.

No sábado, segundo Haroldo Lima, um deputado conservador lhe procurou para dizer o seguinte: "Não vamos poder ter uma Constituição que seja combatida desde o início por todas as entidades populares do país". A partir dessa conversa, o líder diz que "a Constituição tem que ser uma coisa de consenso, com todos estando de acordo". Mas ele ressalva: "Da forma como está indo, nós não vamos fazer força para estar de acordo. Poderemos chegar na votação da Carta com a ausência de muitos constituintes".

A responsabilidade maior pela "diretização" dos trabalhos da Constituinte, segundo Haroldo Lima, é, pela ordem, do deputado Ulysses Guimarães e do líder Mário Covas. O primeiro por frear a atuação das forças populares. Em relação a Covas, o PC do B tem várias críticas.

— O Covas, na sua posição de líder, tem tido uma posição apenas de falar contra as coisas, o que é muito pouco. É preciso uma posição de luta. Com a sua preocupação de não dividir o PMDB, o Covas está dando força aos conservadores. Ele faz média com a direita e com a esquerda e com um discurso avançado.

Para Haroldo Lima, existe uma grande diferença entre o que Covas está fazendo e o que o PC do B gostaria que ele fizesse: "Não basta estar com a posição certa. É preciso conquistar os outros para essa posição. O pau está quebrando, eu estou com a cabeça rachada e o Covas fica pedindo calma a todo mundo."

Deputado se fere em tumulto e pára sessão

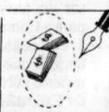
O deputado Haroldo Lima, do PC do B da Bahia, ao atacar-se com um microfone rompeu o supercílio esquerdo e a sessão foi suspensa, o que se repetiria por outras duas vezes devido a tumultos, na Comissão da Família, Educação, Ciência e Tecnologia. A cada uma das interrupções enquanto parlamentares de todos os partidos trocavam empurrões e pontapés, o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas (SP), chegava perto do líder do PFL, José Lourenço (BA), e repetia: "Tá vendo, Zé, sem negociar dando golpes de mão e atropelando o regimento não iremos a lugar algum, terminaremos não votando nada e desmoralizando a Casa".

Entrar à força — Roberto Freire (PCB-PE), enquanto 150 populares ameaçavam arrombar a porta do plenário e entrar à força por causa da proibição de subir às galerias, dizia: "Nós é que estamos brigando e o presidente proíbe o povo de assistir." Desligado o seu microfone, Haroldo Lima investiu para tomar o outro microfone e machucou-se. Em meio à tensão e constrangimento gerais, Lima, com o sangue escorrendo do supercílio esquerdo, gritou:

— Eu não vou dizer que Vossa Excelência é um homem inteligente, presidente (Gadelha), eu digo que você é um fascista, um imoral. Você quer as galerias vazias para fazer safadezas e votar imoralidades sem o conhecimento do povo.

Covas, auxiliado por Antônio Brito e outros deputados, pediu "calma" a Lima e depois da interrupção os trabalhos prosseguiram. O presidente da Comissão do Sistema Tributário, Francisco Dornelles (PFL-RJ), chegou ao plenário e procurou Covas para "negociar a continuidade" da votação em sua comissão. Os manifestantes, à porta do plenário da Câmara, ameaçaram novamente invadir o recinto, com apoio de Haroldo Lima, que pediu para que aguardassem dez minutos". Lourenço conversou com Covas, foi até o presidente Gadelha, que, voltando atrás, admitiu a entrada dos populares nas galerias. A sessão foi novamente suspensa. Covas, Lourenço e um grupo de parlamentares saíram do plenário para, enfim, negociar.

Comissão aprova quotas antecipadas de fundos



A Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças aprovou a antecipação para 1988 dos repasses das novas quotas dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Pelo substitutivo do relator, deputado José Serra (PMDB-SP), estes fundos seriam transferidos apenas em 89, após aprovação pelo Congresso da legislação ordinária que regulará o novo sistema tributário.

"Esta foi a grande vitória da comissão", afirmou o deputado Simão Sessin (PFL-RJ), autor de uma das emendas propondo a antecipação, prevendo que os municípios brasileiros praticamente terão dobrada sua arrecadação com as quotas do FPM já no próximo ano.

O restante do substitutivo de Serra ficou praticamente inalterado, apesar da aprovação de 11 emendas, sem grande relevância.

Fica mantida a possibilidade de os estados poderem instituir a cobrança de um adicional de 50% sobre o imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, uma exigência dos estados mais desenvolvidos. A incorporação deste dispositivo pela Constituição significa que cada contribuinte poderá pagar ao governo estadual 50% sobre o que deve à União, caso o governador decida cobrar o adicional.

Mantido o critério — O sistema tributário proposto pela comissão reserva 21,5% da arrecadação fiscal da União ao FPE, 22,5% ao FPM; e 2% para aplicação nas regiões Norte e Nordeste. Fica mantido o atual critério de distribuição das quotas do Fundo de Participação dos Estados, ou seja, 20% especificamente ao Norte e Nordeste e 80% para o país todo, inclusive essas duas regiões.

Com a negociação e consequente aprovação deste princípio, as bancadas nordestina e nortista da comissão — que, aliadas à do Centro-Oeste, possuem 32 dos 62 votos — garantiram a manutenção do substitutivo quase integralmente como foi redigido por Serra.

Majoria conservadora apóia relatório Bisol



O relatório do senador José Paulo Bisol foi aprovado na madrugada de ontem na Comissão de Sobrerania, apesar da maioria conservadora de seus integrantes, entre os quais 12 evangélicos. A aprovação submete

agora à Comissão de Sistematização as seguintes disposições. Tornar suscetíveis de apreciação judicial quaisquer atos praticados pelo comando revolucionário de 31 de março de 1964 e conceder a anistia ampla, geral e irrestrita a todos os funcionários civis e militares punidos por atos institucionais e correlatos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 1º de fevereiro de 1987.

Decidiu ainda a comissão que a soberania é do povo, ao qual serão concedidos, inclusive, os benefícios do *habeas data*, que significa o direito de consultar e corrigir qualquer registro oficial — inclusive os policiais e militares — sobre a sua pessoa. Ainda de acordo com a comissão, a Constituição será submetida a plebiscito.

O cidadão terá ao seu dispor uma defensoria popular gratuita e um Tribunal de Direitos e Garantias Constitucionais, eleito por 2/3 do Congresso Nacional. O Congresso também terá a função de aprovar — ou não — todos os acordos internacionais e até mesmo os de natureza econômica do país, onde são eleitores todos os cidadãos maiores de 16 anos.

Sistematização agora trabalha trinta dias

A Constituinte entra agora na etapa da Comissão de Sistematização: hoje, a Comissão de Sistematização recebe, até a meia-noite os anteprojotos das comissões temáticas, distribuindo a partir de amanhã aos relatores Bernardo Cabral (PMDB-AM) os avulsos dos anteprojotos. O relator terá dez dias para apresentar seu parecer a respeito de cada anteprojeto, constituindo o anteprojeto da Comissão de Sistematização, que durante cinco dias poderá receber emendas e será debatido pelos integrantes da comissão. O fim do prazo para o recebimento de emendas e a realização de debates é o dia 2 de julho. Haverá sessões de comissão de Sistematização às terças, quartas e quintas-feiras.

Bernardo Cabral terá, a partir do dia 3 de julho, cinco dias para apresentar seu parecer com um projeto de Constituição, o qual, nesse prazo, poderá receber emendas. Após a apresentação, haverá a distribuição dos avulsos do projeto de Constituição (dia 8) e a discussão do parecer do relator (dia 9). No dia seguinte, esse projeto será submetido a votação e poderá receber emendas, ainda no âmbito da Comissão de Sistematização, que dará início no dia 12 ao texto final do projeto da comissão.

No dia 13, haverá a distribuição da redação final do projeto da Sistematização, submetida ainda (dia 14) a debate dentro da comissão. O próximo passo, no dia 15, é a votação da redação final e encaminhamento ao plenário da Constituinte.